

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 67, DE 2003

Limita o estoque da dívida mobiliária federal em títulos com correção cambial.

Autor: Deputado ROGÉRIO SILVA

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS
MAGALHÃES NETO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar visa a alterar a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, acrescentando-lhe o artigo 30-A, nos seguintes termos:

“Art. 30-A Os títulos com cláusula de variação cambial não poderão representar mais de 20% do valor total da dívida mobiliária federal.

Parágrafo único. Quando o montante dos títulos mencionados no caput, convertidos em moeda nacional à taxa cambial média mensal vigente, exceder a 20% do valor total da dívida mobiliária federal, a União ficará impedida de lançar ou rolar títulos indexados à taxa cambial.”

A proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Finanças e de Tributação, para juízo de mérito, sendo por ela rejeitada, nos termos do voto do Relator, tendo em vista que o estabelecimento de regras excessivamente rígidas, como é o caso, poderia dificultar o ajuste das políticas cambial e fiscal do país às condições macroeconômicas de cada tempo.

Encaminhada, *a posteriori*, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a proposição não recebeu emenda no prazo regimental, estando, atualmente, submetida ao juízo de sua exclusiva competência.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposta.

Estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional.

Lado outro, a proposição não contraria Princípio Geral de Direito nem mesmo norma hierarquicamente superior, decisão jurisprudencial cogente ou disposição regimental, de onde decorre a juridicidade, legalidade e regimentalidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei complementar está a exigir adequação aos ditames da Lei Complementar n.º 95/98, alterado pela LC n.º 107/01, que disciplina o processo de elaboração das leis, razão pela qual estamos apresentando Substitutivo.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, legalidade juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei n.º 67, de 2003, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 67, DE 2003**

"Acrescenta o artigo 30-A e seu parágrafo único à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, limitando o estoque da dívida mobiliária federal em títulos com correção cambial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei visa a limitar percentualmente a parcela da dívida mobiliária federal sujeita à cláusula de correção cambial.

Art. 2º Ficam acrescidos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, o art. 30-A e seu parágrafo único, a seguir:

“Art. 30-A Os títulos com cláusula de variação cambial não poderão representar mais de vinte por cento da dívida mobiliária federal.

Parágrafo único. Quando o montante dos títulos mencionados no caput, convertidos em moeda nacional à taxa cambial média mensal vigente, exceder a vinte por cento do valor total da dívida mobiliária federal, a União ficará impedida de lançar ou renegociar títulos indexados à taxa cambial.(NR)”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

Relator